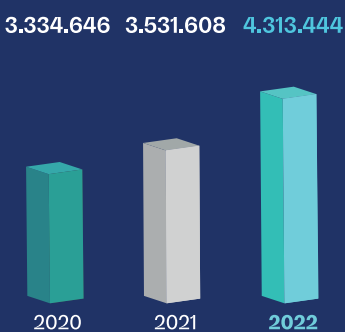


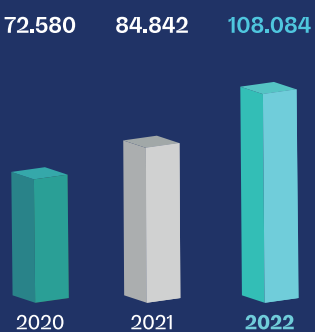
Rendimento/ O seu parceiro que faz acontecer.

Com mais de 30 anos de atuação no mercado o Banco Rendimento apresenta indicadores sólidos e constante crescimento, resultado de toda sua experiência em câmbio, crédito, serviços e soluções de pagamentos.

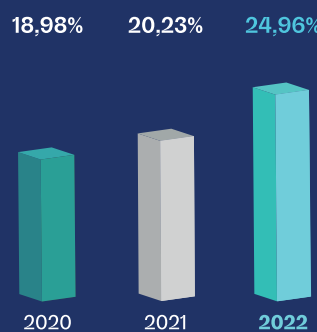
ATIVOS TOTAIS



LUCRO LÍQUIDO



ROAE



*Resultado consolidado das empresas do Grupo Rendimento.

A Fitch Ratings elevou a classificação do Banco Rendimento.

Ratings: **A+** (bra) - Longo Prazo | **F1** (bra) - Curto Prazo

Patrimônio Líquido: 437MM
Índice Basileia: 13,81%

Expertise em câmbio e pagamentos transformado em números

+480 MM Transações APIs

(Quantidade de operações)

+5 MM Transferências Internacionais

(Quantidade de operações)

As demonstrações financeiras, na sua íntegra e com as notas explicativas auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., estão publicadas no site do Rendimento.

Em 2023, seguimos firmes com a nossa missão de encantar nossos clientes com soluções sob medida, um atendimento próximo e a busca constante pela inovação.

Conheça também as empresas do grupo:

Ouvidoria Rendimento: www.rendimento.com.br/ouvidoria 0800 722 0132 (das 09h às 18h, dias úteis)

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração do Banco Rendimento submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.
O ano de 2022 ainda resseitou os efeitos da pandemia e os impactos na economia local e global, associados às questões políticas com a eleição para presidente. Neste cenário as incertezas e desafios serviram de motivação para a intensificação de medidas estratégicas para a preservação do nosso crescimento, através da incessante busca de oportunidades de negócios, inclusão de novos produtos no nosso portfólio, investimentos em tecnologia e pessoa, na busca pela manutenção da qualidade dos ativos, solidez financeira da Instituição e a geração de valor. A nova realidade híbrida vem sendo conduzida com medidas protetivas bem como as necessárias condições no ambiente de trabalho.
Neste exercício alcançamos lucro líquido de R\$ 83,8 Milhões, motivado pelo crescimento das receitas de câmbio e serviços e retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) de 21,58% a.a. A carteira de crédito ampliada se posicionou em R\$ 1,96 bilhões, a captação alcançou o montante de R\$ 2,5 bilhões e o Patrimônio Líquido com R\$ 389 milhões.

A Instituição

O Banco Rendimento figura no mercado de câmbio com atuação na comercialização de produtos e serviços, através da realização de operações de câmbio financeiro e turismo, importação e exportação de moedas, transferências internacionais, recebimentos de recursos do exterior, cartões pré-pagos nacionais e internacionais e abertura de conta corrente em moeda estrangeira. No segmento de *Middle Market*, concentra as operações de crédito nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior. Na plataforma de serviços mantém o foco em soluções de pagamentos no segmento *Bank as a Service* e na arrecadação de tributos de veículos automotores.

Conjuntura Econômica

O segundo semestre deste ano foi marcado por muita volatilidade. O cenário externo mantém-se adverso, com maior incerteza para o crescimento global, dada a postura mais contracionista por parte da maioria dos bancos centrais, em reação ao avanço da inflação. A mudança na política monetária mais intensa que o esperado pela maioria dos bancos centrais fez com que o crescimento de grandes economias fosse revisado para baixo. O aumento da aversão a risco e a mudança da perspectiva de crescimento econômico têm impactado as condições financeiras tanto de países avançados quanto de emergentes.
O Banco Central do Brasil encerrou o ciclo de aperto monetário em dezembro mantendo a taxa Selic em 13,75%. O Comitê reforçou que é necessário manter a vigilância, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por um período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação. O IPCA acumulou em 12 meses 5,79% em 2022. O nosso cenário foi alterado para uma manutenção da Selic de 13,75%, por um período mais longo do que prevíamos e com redução de juros a ser iniciada apenas no quarto trimestre de 2023, finalizando perspectivas para encerramento do próximo ano em 12,5% e de inflação (IPCA) em 5,9%.
Na economia brasileira, a atividade econômica já sinalizava maior desaceleração no último trimestre de 2022. Projetamos um crescimento do PIB menor em 2022, impulsionada por estímulos fiscais e pelo processo de reabertura da economia pós pandemia, com destaque para o setor de serviços.
Para o ano de 2023, nossa expectativa é de um crescimento de 0,7%, com a queda da demanda interna, sob influência da desaceleração global e dos impactos cumulativos da política monetária doméstica. O crescimento do PIB será impulsionado pelo setor agropecuario.
No mercado de câmbio, mantemos a nossa projeção para o final do ano em R\$ 5,30, mas a depreciação mais significativa segue monitorada, com prêmio do risco doméstico em patamares elevados. Um cenário mais benigno vai depender do compromisso do próximo governo com a agenda de reformas estruturais e continuidade do ajuste fiscal.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se permeado por toda Instituição, com estruturas compatíveis com a natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante a exposição aos riscos.
A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Governança Corporativa

O Banco Rendimento adota política de gestão corporativa com base em práticas de mercado com a disseminação em toda Instituição, alicerçadas em princípios da ética, da transparência, do respeito e da equidade no relacionamento com clientes, parceiros, fornecedores e corpo funcional, sempre focado no contínuo aprimoramento do formato de gestão apoiados nas diretrizes e estratégias da Alta Administração.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Rendimento para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Banco Rendimento agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros e ao empenho de seus colaboradores.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2022	2021	PASSIVO	Notas	2022	2021
Ativo circulante		3.387.233	2.919.930	Passivo circulante		2.875.260	2.187.758
Disponibilidades	4	342.451	322.765	Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.552.601	1.881.173
Instrumentos financeiros		2.815.724	2.388.023	Depósitos	12	1.458.770	1.096.209
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4,5	1.266.570	1.052.016	Captações no mercado aberto		164.652	16.034
Títulos e valores mobiliários	6	4.573	170.594	Obrigações por empréstimos	13	21.712	9.985
Instrumentos financeiros derivativos	6e	2.650	942	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	14	14.409	63.826
Operações de crédito	8	727.763	661.698	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	109.947	78.655
Outros ativos financeiros	7	814.169	502.773	Instrumentos financeiros derivativos	6e	78	2.261
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(11.850)	(15.807)	Outros passivos financeiros	16	785.033	614.103
Outros ativos	10	214.238	193.812	Outros passivos	17	272.884	267.068
Ativos fiscais correntes	10	26.670	30.937	Obrigações fiscais correntes	18	47.975	39.517
Ativo não circulante		769.710	486.624	Passivo não circulante		893.002	831.058
Instrumentos financeiros		470.897	234.056	Depósitos e demais instrumentos financeiros		774.600	722.346
Títulos e valores mobiliários	6	188.832	67.164	Depósitos	12	634.120	676.995
Operações de crédito	8	276.695	161.200	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	14	135.770	45.351
Outros ativos financeiros	7	5.370	5.692	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	4.710	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(9.163)	(11.707)	Outros passivos	17	98.220	91.152
Outros ativos	10	118.065	97.257	Obrigações fiscais diferidas	18	20.182	17.560
Ativos fiscais diferidos	19c	102.063	102.063	Patrimônio líquido	21	388.681	387.738
Investimentos		59.354	27.373	Capital social		320.000	320.000
Participações em coligadas e controladas	11	55.333	25.494	Reserva de lucros		68.685	67.768
Outros investimentos		4.022	1.889	Ajustes de avaliação patrimonial		(4)	(28)
Imobilizado de uso		15.357	15.690	Total do passivo		4.156.943	3.406.554
Intangível		48.028	59.093				
Depreciações e amortizações		(34.891)	(20.705)				
Imobilizado de uso		(11.075)	(10.428)				
Intangível		(23.816)	(10.277)				
Total do ativo		4.156.943	3.406.554				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º semestre	2022	2021		Notas	2º semestre	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		312.710	580.218	379.239	Despesas tributárias	25	(16.804)	(32.014)	(30.728)
Operações de crédito		144.681	256.494	142.057	Outras despesas operacionais	26b	(50.577)	(88.992)	(90.670)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	90.352	153.832	54.214	Outras receitas operacionais	26a	15.915	28.906	15.570
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		940	(36.009)	281	Resultado de participação em controladas	11	1.485	3.275	1.115
Resultado de operações de câmbio		76.737	205.902	182.687	Resultado operacional		49.405	108.665	124.373
Despesas da intermediação financeira		(99.749)	(179.304)	(68.807)	Outras receitas e despesas		20	228	(117)
Captações no mercado		(92.375)	(166.030)	(61.937)	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		49.425	108.891	124.256
Empréstimos e repasses	13, 14	(9.523)	(16.196)	(11.542)	Imposto de renda e contribuição social	19	(272)	(18.603)	(45.874)
Reversão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8f	2.149	2.922	4.672	Imposto de renda		(5.987)	(17.607)	(17.357)
Resultado bruto da intermediação financeira		212.961	400.914	310.431	Contribuição social		(5.451)	(14.889)	(14.684)
Outras receitas/despesas operacionais		(163.556)	(292.251)	(182.313)	Ativo fiscal diferido		11.166	13.893	(13.832)
Receitas de prestação de serviços	22	63.120	125.424	169.758	Participações estatutárias no lucro		(4.451)	(6.530)	(5.123)
Despesas de pessoal	23	(82.901)	(167.982)	(135.348)	Lucro líquido		44.702	83.758	73.259
Outras despesas administrativas	24	(93.794)	(160.868)	(115.754)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		300.000	7.041	71.530	(158)	378.415
Aumento/(redução) de capital social		20.000	(2.931)	(17.476)	-	(408)
Lucro líquido		-	-	-	73.259	73.259
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	130	130
Constituição de reserva legal	21c	-	3.663	-	(3.663)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	46.182	(46.182)	-
Distribuição de dividendos	21b	-	-	(40.244)	(5.383)	(45.627)
Juros sobre o capital próprio	21b	-	-	-	(18.032)	(18.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		320.000	7.773	59.992	(28)	387.738
Lucro líquido		-	-	-	83.758	83.758
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	24	24
Constituição de reserva legal	21c	-	4.188	-	(4.188)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	22.261	(22.261)	-
Distribuição de dividendos	21b	-	-	(18.000)	(30.000)	(48.000)
Juros sobre o capital próprio	21b	-	-	(7.529)	(27.309)	(34.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		320.000	11.961	56.724	(4)	388.681
Lucro líquido		-	-	-	44.702	44.702
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	54	54
Constituição de reserva legal	21c	-	2.235	-	(2.235)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	22.260	(22.260)	-
Distribuição de dividendos	21b	-	-	(3.000)	(30.000)	(33.000)
Juros sobre o capital próprio	21b	-	-	(7.529)	(15.375)	(22.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		320.000	11.961	56.724	(4)	388.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	2022	2021
Lucro líquido	44.702	83.758	73.259
Outros resultados abrangentes	54	24	130
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	98	43	236
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	(44)	(19)	(106)
Resultado abrangente	44.756	83.782	73.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º semestre	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		114.210	254.426	193.947
Lucro líquido		44.702	83.758	73.259
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		69.508	170.668	120.688
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		32.103	92.296	78.921
Atualização monetária de contingências	26b	3.388	6.123	2.349
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(3.189)	(5.827)	(1.711)
Depreciações e amortizações	24	38.567	47.262	10.150
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	(1.485)	(3.275)	(1.115)
Impostos correntes	19a	11.439	32.496	32.041
Impostos diferidos	19a	(11.166)	(13.893)	13.832
Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8f	(2.149)	(2.922)	(4.672)
Provisões operacionais		2.020	18.408	(9.107)
(Aumento)/redução em ativos e Aumento/(redução) de passivos		444.522	217.391	49.745
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.255	12.057	(1.958)
Títulos e valores mobiliários		52.521	44.377	(9.404)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.105)	(3.992)	3.893
Operações de crédito		(230.414)	(184.939)	26.600
Outros ativos financeiros		(273.		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S.A. ("Instituição, Banco ou Banco Rendimento") com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501 - 10º andar, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas "Grupo Rendimento") e tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos, soluções de pagamento e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações consecutivas, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 4.818/20 e BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anteriores e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior; evidenciado, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

2.1. Reclassificação de saldos do exercício anterior

Para fins das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por determinação da Administração do Banco, os seguintes saldos, comparativos, relacionados a 31 de dezembro de 2021 sofreram reclassificação conforme mencionado abaixo:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez - no valor de R\$ 28.418, anteriormente apresentados no Ativo não circulante, passaram a ser apresentados no Ativo circulante de acordo com o vencimento dos papéis. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 5 e no Balanço Patrimonial;
- Impostos e contribuições a compensar - no valor de R\$ 3.992, anteriormente apresentados no Ativo circulante, passaram a ser apresentados no Ativo não circulante. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 10 e no Balanço Patrimonial;
- Obrigação fiscal corrente - valor de R\$ 32.041, anteriormente apresentados no Passivo não circulante, passou a ser apresentado no Passivo circulante. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 18 e no Balanço Patrimonial;
- Outras despesas operacionais - valor R\$ 3.744, anteriormente apresentados em Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 20 e na Demonstração de Resultados;
- Recursos de operações de crédito - no valor de R\$ 5.065, referente a realização do produto Confirme, anteriormente apresentados nas linhas de Outras Receitas e Despesas Operacionais, para o semestre findo em 30 de junho de 2021 com reflexo em 31 de dezembro de 2021. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 26 e na Demonstração do Resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Atuação do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para dias de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$) que é sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor e liquidez.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos e, como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência e aos riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros estão representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento, disponíveis para venda, registrados pelo menor valor, conforme Resolução CMN nº 4.747/19, verificado entre a posição contábil ajustada por meio da constituição de provisão para desvalorização e pelo valor justo objeto de avaliação.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.924/21 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro-rata"* dia, sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A Média Provisória (MP) nº 1.115, de 28 de abril de 2022, convertida em Lei nº 14.446, modifica o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1998, para majorar temporariamente em um ponto percentual as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para determinadas pessoas jurídicas. Por sua vez, para os bancos de qualquer espécie, a alíquota, que desde 1º de janeiro de 2022 era de 20%, foi majorada para 21% entre 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões recorrentes. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado, conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- (i) **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- (iii) **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

q) Eventos subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 28.

s) Conversão de moeda estrangeira para atualização de posições

Com base na Resolução BCB nº 4.924/21 para a conversão das posições em moeda estrangeira passaram a ser utilizadas as taxas disponibilizadas pela B3, a partir de 01 de janeiro de 2022, em substituição à Ptax informada pelo Banco Central do Brasil.

l) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge.	01/01/2025

O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

	2022	2021
Disponibilidades	342.451	322.765
Moeda nacional	9.156	7.063
Moeda estrangeira	333.295	315.702
Aplicações no mercado aberto - (Nota 5)	1.250.209	1.023.598
Total	1.592.660	1.346.363

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2022	2021
Circulante	(resapresentado)	
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	563.600
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.192.506	459.998
Total posição bancada - (Nota 4)	1.192.506	1.023.598
Aplicações no mercado aberto - Posição financiada		
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	57.703	-
Total posição financiada - (Nota 4)	57.703	-
Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	16.361	28.418
Total de aplicações em moeda estrangeira	16.361	28.418
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.266.570	1.052.016

O vencimento das operações com aplicação interfinanceira de liquidez é de até 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	2022		2021	
	Valor de Curva	Ajustes a Mercado (1)	Valor de Curva	Ajustes a Mercado (1)
Títulos para negociação				
Carteira própria - Livres	2.157	-	2.157	-
Cotas de fundos de investimento	2.157	-	2.157	-
Total de títulos para negociação	2.157	-	2.157	-
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - Livres	9.530	(41)	9.489	(3.786)
Letras Financeiras do Tesouro	4.657	1	4.658	115.927
Notas do Tesouro Nacional	4.873	(42)	4.831	2.356
Debêntures	-	-	-	12.485
Vinculados a operações compromissadas	107.017	19	107.036	(2)
Letras Financeiras do Tesouro	107.017	19	107.036	16.040
Vinculados a prestação de garantias	74.710	13	74.723	92.883
Letras Financeiras do Tesouro	74.710	13	74.723	92.883
Total de títulos disponíveis para venda	191.257	(9)	191.248	(3.796)
Total de títulos e valores mobiliários	193.414	(9)	193.405	241.554

O valor de mercado dos títulos públicos, custodiados no Selic, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, na mutação do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 24 (R\$ 130 em 31 de dezembro de 2021).

b) Composição por vencimento dos títulos e valores mobiliários

	2022		2021	
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Cotas de fundos de investimento	2.157	-	2.157	1.863
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	186.417	188.417
Notas do Tesouro Nacional	-	2.416	2.415	4.831
Debêntures	-	-	-	8.739
Total	2.157	2.416	188.832	193.405

Os títulos públicos, custodiados no Selic, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, na mutação do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 24 (R\$ 130 em 31 de dezembro de 2021).

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge econômico*) contra o risco de mercado, decorrentes das operações de câmbio quanto às flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é realizado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições em moeda estrangeira e de Reais subdivididas nos diversos indicadores (Pré, TR, IGP-M e T.J.L.P). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Composição analítica dos instrumentos financeiros derivativos

Contratos de mercado futuro
Representados por contratos de mercado futuro que conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2022		2021	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/pagar	Valor de referência	Ajuste diário a receber/pagar
Contratos de futuros (1)				
Posição comprada				
Dólar	266.198	2.556	231.698	(4.975)
DI	-	-	-	(19)
Total posição comprada	266.198	2.556	231.698	(4.994)
Posição vendida				
Dólar	10.648	(4)	14.042	1.244
DI	557.025	(9)	218.266	-
Total posição vendida	567.673	(13)	232.309	1.244
Total Contratos de Futuro	833.871	2.543	464.007	(3.750)

Os ajustes diários de contratos futuros a receber e a pagar, no valor de R\$ 2.543 (R\$ 3.750 a receber e a pagar em 2021), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d) Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física - NDF (*Non Deliverable Forward*) registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é assim assumida:

	2022		2021	
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida
Termo de moedas:				
Posição comprada				
Euro x Dólar	48.130	2.585	-	2.585
Real x Dólar	2.575	65	-	65
Total posição comprada	50.705	2.650	-	2.650
Posição vendida				
Dólar Australiano x Dólar	1.780	-	(18)	(18)
Real x Dólar	2.575	-	(60)	(60)
Total posição vendida	4.355	-	(78)	(78)
Total NDF	55.060	2.650	(78)	(2.572)

Os ajustes diários de contratos futuros a receber e a pagar, no valor de R\$ 2.543 (R\$ 3.750 a receber e a pagar em 2021), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

e) Contratos a termo Forward

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física - NDF (*Non Deliverable Forward*) registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é assim assumida:

	2022		2021	
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida
Termo de moedas:				
Posição comprada				
Euro x Dólar	48.130	2.585	-	2.585
Real x Dólar	2.575	65	-	65
Total posição comprada	50.705	2.650	-	2.650
Posição vendida				
Dólar Australiano x Dólar	1.780	-	(18)	(18)
Real x Dólar	2.575	-	(60)	(60)
Total posição vendida	4.355	-	(78)	

Rendimento

BANCO RENDIMENTO S.A.
www.rendimento.com.br
CNPJ: 68.900.810/0001-38
 Rua Ofélia, S/N
 10º andar | São Paulo - SP
 CEP: 05425-070
 Ouvidoria: 0800 722 0132

Notas Administrativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022			2021		
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total	Total
Letras financeiras	-	-	-	-	-	52.474
Letras de crédito imobiliário	373	70.435	4.501	75.369	20.406	20.406
Letras de crédito agrário	29.444	9.535	209	39.288	5.775	5.775
Total	29.817	80.130	4.710	114.657	78.555	78.555

As despesas totalizaram R\$ 13,725 (R\$ 5,137 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Outros passivos financeiros	2022	2021
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras - (Nota 7)	425.330	385.444
Recursos em trânsito de terceiros	209.820	109.534
Carteira de câmbio - (Nota 9)	144.963	109.228
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.351	4.903
Negociação e intermediação de valores - (Nota 6d)	569	4.994
Total do circulante	785.033	614.103
Outros passivos		
Circulante		
Cartões pré-pagos em moeda estrangeira	195.970	198.320
Sociais e Estatutárias	42.626	30.907
Provisão para pagamentos a efetuar	29.462	25.645
Credores diversos no país	2.778	10.027
Outras	1.847	2.161
Provisão para garantias financeiras prestadas - (Nota 8)	-	9
Total do circulante	272.584	267.068
Não circulante		
Provisão para contingências - (Nota 27b)	97.453	90.057
Provisão para garantias financeiras prestadas - (Nota 8)	722	736
Credores diversos no país	45	359
Total do não circulante	98.220	91.152
Total	370.904	358.220

	2022	2021
Obrigações fiscais correntes e diferidas	2022	2021
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	47.975	39.517
Total do circulante	47.975	39.517
Não circulante		
Passivo fiscal diferido	20.182	17.560
Total do não circulante	20.182	17.560
Total	68.157	57.077

Passivo fiscal diferido composto basicamente por atualização de depósito judicial com previsão de realização após 5 anos.

	2022	2021		
Imposto de renda e contribuição social	2022	2021		
a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social				
Valores correntes	(32.496)	(32.041)		
IR e CSLL no país - Corrente	(32.496)	(32.041)		
Valores diferidos	13.993	(13.832)		
Diferenças temporárias	13.993	(13.832)		
Total	(18.603)	(45.873)		
b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social				
Resultado antes dos tributos e participações	49.426	108.891	124.255	
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% no primeiro semestre e 25% no segundo semestre de 2021 e 21% de agosto a dezembro de 2022)	(23.330)	(50.090)	(62.011)	
Encargos sobre JCP	10.404	15.775	8.597	
Encargos sobre participação em controladas	700	1.506	598	
Participação de empregados no lucro	2.068	3.004	2.444	
Outros valores	9.935	11.202	4.538	
Imposto de renda e contribuição social do período	(7.273)	(18.603)	(45.873)	
Refer-se substancialmente a ajustes na base de IRPJ/CSLL				
c) Créditos tributários				
Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:				
Descrição	2021	Constituição	(Realização)	2022
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	20.565	5.162	(9.588)	16.139
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	37.826	2.399	-	40.225
Provisão para contingências	2.699	1.118	(189)	3.629
Provisão para participação nos lucros, bônus e gratificações	12.786	12.590	(7.521)	17.854
Outros	11.691	18.355	(5.829)	24.216
Total	85.567	39.623	(23.127)	102.063

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerá dentro do prazo permitido pela Resolução CMN nº 4.942/20, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente inadmissíveis. O Banco não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10.902	1.733	1.039	422	2.042	16.139
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	40.225	40.225
Provisão para contingências	1.111	966	348	1.187	17	3.629
Provisão para participação nos lucros	17.854	-	-	-	-	17.854
Outros	24.216	-	-	-	-	24.216
Total	54.083	2.699	1.387	1.609	42.284	102.063

Valor presente: 46.630 2.347 1.212 1.407 36.931 88.527

Com base nas projeções a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 88,527 utilizada a taxa de custo de captação (Selic) estipulada para os respectivos períodos.

	2022			2021		
	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Total
Cartões pré-pagos	(7.940)	5.063	16.957	1.384	-	735
Cotação DTVM S.A.	(8.905)	4.936	16.895	1.305	-	-
Agilites Soluções de Pagamentos Ltda.	(113)	117	63	79	75	-
Carteira de câmbio	11.024	-	13.824	1	(563)	(563)
Cotação DTVM S.A.	11.024	-	13.824	-	-	-
Depósitos à vista	-	(7.039)	-	(4.318)	-	-
Cotação DTVM S.A.	-	(2.878)	-	(1.411)	-	-
Agilites Soluções de Pagamentos Ltda.	-	(3.917)	-	(2.084)	-	-
Pessoas físicas	-	(282)	-	(261)	-	-
Mac Participações e Controladas	-	(19)	-	(178)	-	-
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(3)	-	(4)	-	-
Cotação Câmbio e Turismo Ltda.	-	(5)	-	(3)	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	-	(7)	-	(3)	-	-
Rendimento Holding S.A.	-	(3)	-	(1)	-	-
Adm Venture Capital Ltda.	-	(2)	-	-	-	-
Outros	-	(113)	-	(372)	-	-
Certificado de depósito bancário	(17.520)	(230.188)	(31.237)	(204.511)	(10.177)	(10.177)
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	(12)	(191)	(16)	(40)	(2)	-
Ades Investimentos e Participações Ltda.	(6)	(723)	(43)	(174)	(12)	-
Adm Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(188)	(2.330)	(295)	-	-	-
Adm Venture Capital Ltda.	(5)	(151)	(120)	(335)	(34)	-
Agilites Soluções de Pagamentos Ltda.	(1.498)	(21.118)	(2.611)	(22.754)	(848)	-
Cotação Câmbio e Turismo Ltda.	(31)	(493)	(56)	(427)	(19)	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	(1.626)	(24.893)	(2.873)	(22.193)	(983)	-
Rendimento Holding S.A.	(113)	(2.160)	(172)	(942)	(44)	-
Mac Participações e Controladas	(8.997)	(119.074)	(15.910)	(97.203)	(4.804)	-
Lavap Intermediação Financeira S/A	(31)	(416)	(31)	(427)	(19)	-
Pessoas físicas	(3.700)	(50.436)	(7.070)	(56.497)	(3.141)	-
Outros	(1.083)	(8.426)	(2.040)	(3.946)	(290)	-
Letras de crédito imobiliário	(2.186)	(60.003)	(2.960)	(9.961)	(272)	(272)
Pessoas físicas	(2.186)	(60.003)	(2.960)	(9.961)	(272)	-
Letras de crédito agrário	(929)	(13.901)	(1.444)	(2.549)	(19)	(19)
Pessoas físicas	(929)	(13.901)	(1.444)	(2.549)	(19)	-
Obrigações por operações compromissadas	(2.304)	(27.956)	(3.594)	(16.034)	(485)	(485)
Cotação DTVM S.A.	(2.304)	(27.956)	(3.594)	(16.034)	(485)	-
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	20	(1.848)	32	(1.795)	(15.700)	(15.700)
Agilites Soluções de Pagamentos Ltda.	-	(1)	-	307	1	-
Cotação DTVM S.A.	20	(1.848)	32	(2.102)	(15.701)	-
Correspondentes	-	(131)	-	65	-	(65)
Cotação DTVM S.A.	-	(131)	-	11	-	-
Agilites Soluções de Pagamentos Ltda.	-	(118)	-	54	-	-

	Zº semestre	2022	2021
Saldo das transações			
As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.			
b) Remuneração da Administração			
Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição, observado o limite percentual de 10% de acordo com Resolução CMN nº 4.820/20. O Banco Rendimento incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:			
	2022	2021	
Remuneração fixa	10.281	9.140	
Remuneração variável	3.957	3.755	
Encargos sociais	2.630	2.357	
Total	16.868	15.252	

O Banco Rendimento não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

	Zº semestre	2022	2021		
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias					
a) Ativos contingentes					
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização.					
Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais					
(i) Provisões civis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.					
(ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "outros passivos", substancialmente pelo seguinte processo:					
• Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 175,814.					
As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:					
Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	(84.059)	(5.240)	(758)	(90.057)	(94.514)
(Constituições)/ reversões (Nota 26b)	(5.331)	(2.088)	(692)	(8.111)	2.278
Pagamentos	-	667	48	715	2.179
Saldo final - (Nota 17)	(89.390)	(6.661)	(1.402)	(97.453)	(90.057)
Depósitos judiciais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	88.995	2.340	13	91.348	91.188
Adições/atualizações	5.736	330	1.298	7.364	2.933
Reversões	(692)	(425)	(781)	(1.915)	(2.774)
Saldo final - (Nota 10)	94.122	2.245	530	96.897	91.347

	Zº semestre	2022	2021
Passivos contingentes classificados como perdas possíveis			
Em 31 de dezembro de 2022 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:			
• 48 processos de natureza cível que somam R\$ 12,851 (6 processos - R\$ 1,381 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras e indenização por danos materiais e morais;			
• 28 processos de natureza trabalhista que totalizam R\$ 6,662 (39 processos - R\$ 1,460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021); e			
• Processo administrativo movido pela Comissão de Valores Mobiliários no montante de R\$ 450 (R\$ 300 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).			

	Zº semestre	2022	2021
Resultado não recorrente			
Lucro líquido			
Resultados não recorrentes	44.703	83.758	73.259
Adicional da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquida de impostos	3.616	7.394	(4.957)
Resultado na cessão de operações de crédito	(3.190)	(3.190)	(4.954)
Aplicação Lei do Bem	610	610	1.756
Aumento da alíquota da CSLL (5% em 2021 e 1% em 2022)	6.394	10.162	-
Outros	(198)	(198)	(1.399)
Lucro líquido antes dos efeitos dos resultados não recorrentes	41.087	76.374	77.856

	Zº semestre	2022	2021
Gestão de Riscos e de Capital			
A área de Riscos é responsável pela definição dos princípios definidos na Declaração de Appetite à Riscos aprovada pela Alta Administração, em conformidade com a regulação prudencial emanada do Banco Central do Brasil e alinhada às melhores práticas, por meio da política de gerenciamento de riscos e capital, sempre na constante adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles. Esse processo se dá através do envolvimento da estrutura corporativa e do acatamento de toda instituição com a efetiva participação no monitoramento de riscos.			
a) Risco de Mercado			
A gestão de risco de mercado é realizada através de efetivos controles e fundamentada em políticas internas e diretrizes aprovadas pela Alta Administração, com o objetivo de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas.			
Os controles adotados visam a aderência às normas regulatórias, a agilidade na divulgação de reportes de risco para as áreas internas e a consistência das informações divulgadas para a melhor tomada de decisões, através de monitoramento diário das respectivas exposições nas carteiras.			

	Zº semestre	2022	2021
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			

	Zº semestre	2022	2021
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar controles, omissão ou representações falsas intencionais.			
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.			
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.			

